



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

SOCIALIZAÇÃO FEMININA E UMA ATUALIZAÇÃO DA OBRA DE REICH

**Marjory Carvalho Campbell
Sandra Mara Dall'Igna Volpi**

RESUMO

A socialização feminina diz respeito a maneira como, desde a tenra infância, nós mulheres somos criadas e levadas a acreditar que nossa validação social depende de desempenharmos o papel social da feminilidade com o objetivo de sermos escolhidas por um homem e assim permanecermos em um relacionamento que supostamente nos protegerá, de forma que renunciemos aos nossos desejos e nos submetemos a inúmeros tipos de violências sem muitas vezes nos darmos conta. Abordando a lógica da socialização feminina de obediência, proteção, amor e controle, busquei compreender, neste trabalho, o que Reich tinha a dizer em sua obra a respeito da vivência das mulheres em sua época, relacionando ainda com o que há atualmente em termos de pesquisas, estudos e leis sobre socialização feminina e violência de gênero desenvolvidos por pesquisadoras comunicadoras, filósofas, psicanalistas e psicólogas.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Socialização Feminina. Violência de Gênero. Wilhelm Reich.

Ao discutir as opressões de uma sociedade patriarcal e suas consequências para a estrutura do caráter e estrutura psíquica, Reich compreendia as violências e repressões que as mulheres sofriam em sua época, e inclusive se utilizou de muitos casos de mulheres para exemplificar questões mais gerais, casos estes presentes neste artigo.

Vejamos esta citação: “A neurose é uma doença da massa, uma infecção semelhante a uma epidemia, e não um capricho de mulheres mimadas, como se afirmou mais tarde na luta contra a Psicanálise” (REICH, 1975, p. 42). Diferentemente do que prescreviam os psicanalistas em sua época, Reich compreendia que existia uma situação social que levava as mulheres à neurose de tal forma que poderia ser comparada a uma epidemia.

Reich (1975) pondera a respeito de como a estrutura social influencia a estrutura do caráter. Essa conclusão ficou evidente para ele quando percebeu que as soluções de seus trabalhos clínicos passavam por contradições individuais que se mostravam semelhantes às incoerências sociais de cunho moral. Reich (1975) ainda afirma que o patriarcado impõe “proibições morais compulsivas” sob o argumento de controlar impulsos antissociais.

A socialização feminina e a violência de gênero são temas estudados e discutidos com mais veemência a partir da publicação do livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir em 1949. Reich, por sua vez, começou a discutir temáticas sociais, principalmente no que



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

concerne a repressão sexual, décadas antes quando escreveu “A Função do Orgasmo” em 1927 e “A Revolução Sexual” em 1933.

Dessa forma, podemos partir da hipótese de que Reich (1975, 1981, 1988), por conta da forma como a sociedade de sua época pensava, ao abordar temas sociais, tecer suas críticas sociais e discutir a relação entre repressão sexual e sociedade, não abordou as especificidades da socialização feminina de forma que substancialmente dê conta das necessidades atuais na atuação psicoterapêutica. Sendo assim, o objetivo geral deste artigo consiste em pesquisar, a partir da obra de Reich (1975, 1981, 1988), o que este tinha a dizer a respeito da vivência das mulheres em sua época e propondo um percurso com pesquisadoras atuais a respeito da socialização feminina e violência de gênero.

SOCIALIZAÇÃO FEMININA

Conforme Maria Carolina Medeiros (2022), professora e doutora em comunicação e pesquisadora de feminilidade e socialização feminina, a sociedade ocidental atribui papéis diferentes para cada sexo biológico desde o nascimento, ou seja, é depositada a expectativa de que as pessoas desempenhem determinado comportamento conforme seu sexo biológico, comportamentos esses tidos como inatos e por isso apropriados a cada sexo.

Até 1962, no Brasil, as mulheres casadas precisavam pedir autorização ao marido para exercerem suas profissões, como era previsto no Código Civil de 1916. Somente com o Estatuto da Mulher Casada¹, conquistamos o direito de exercer profissão sem autorização do marido (MEDEIROS, 2022). Atualmente, não há uma proibição formal como em 1962, mas desde a ascensão das mulheres no mercado de trabalho, em meados do século XX, elas são aconselhadas a não “embrutecer” (MEDEIROS, 2022).

Desde quando houve esse momento de entrada no mercado de trabalho formal, a mulher que trabalha fora é sempre lembrada de que sua vocação prioritária é a maternidade e a vida doméstica e, se ela desempenha algo diferente disso, ela não é feminina e será de alguma forma castigada, sendo esse o discurso construído em revistas femininas e publicidades durante os “anos dourados” (BASSANEZI, 2005). Esse discurso permanece presente na sociedade até hoje, e mais atualmente na compulsoriedade da tripla jornada –

¹ Lei 4.121 de 27 de agosto de 1962, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.html.



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

trabalhar fora, cuidar das tarefas domésticas e se embelezar (MEDEIROS, 2022). A construção social do papel da mulher, como feminina e do lar, perdura até hoje, sendo importante entendermos que a pretensa habilidade da mulher em cuidados domésticos e maternais, e a falta de habilidade para o mercado de trabalho é algo construído, não é inato (ou biológico) (NÃO TE EMPODERO, 2022).

Destaco que estamos nos referindo a um contexto em que historicamente as mulheres não tiveram o mesmo acesso que os homens ao ensino profissional e ao mercado de trabalho formal, portanto, esse era o contexto para mulheres brancas. Isso porque o mercado de trabalho informal sempre foi a forma de sobrevivência de mulheres negras desde o início do século XX, visto que estas sempre trabalharam, pois as responsabilidades da casa e do sustento da família cabiam a elas, como observado pela historiadora Mônica Velloso (1990) a respeito da mulher negra nesta época:

Por meio do trabalho doméstico, da culinária e dos mais variados biscates, as mulheres conseguiam garantir, mesmo que em bases precárias, o sustento dos seus. Era comum que as crianças tivessem apenas mãe. A figura do pai, quando não era desconhecida, tinha pouca expressividade. (VELLOSO, 1990, p. 212).

Medeiros (2022) explica, a diferenciação que existe entre a socialização da mulher branca e da mulher negra, deixando claro que, na sociedade ocidental, a mulher branca era socializada para trabalhar fora ao mesmo tempo em que seu objetivo de vida era o casamento e a maternidade. Enquanto isso, as mulheres negras tinham a sua existência ofuscada pelo trabalho compulsório por serem propriedade do sistema escravista e compreendidas como “unidade de trabalho lucrativas” e até mesmo “desprovidas de gênero” (DAVIS, 2016). Como vemos, o livro de Angela Davis, filósofa e ativista dos direitos da população negra e das mulheres, é da década de 1980 (foi publicado a primeira vez em 1981), porém percebemos que atualmente os objetivos sociais da mulher branca e da mulher negra não se alteraram em relação ao explicado por Medeiros (2002) e Davis (2016).

Portanto, devemos entender que o grupo de mulheres não é homogêneo em termos de interseccionalidade de raça (conceito social) e cisgeneridade. Não existe uma mulher universal e sim mulheres diferentes e com diferentes identidades sociais sujeitas a sistemas de opressão. Dessa forma, a compreensão das interseccionalidade nos permite melhor atuar em sua transformação, de forma a levar em conta outros eixos de opressão além do machismo e sexismo (GONÇALVES E MELLO, 2010). No item “Violência de Gênero” deste artigo, citaremos dados estatísticos sobre a violência doméstica, mas precisamos adiantar aqui o



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

recorte racial do tema, a diferenciação nas estatísticas de violência para com mulheres negras e violência para com mulheres brancas.

Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro, explica que a violência doméstica é democrática, pois atinge a todas as mulheres:

O que já sabemos sobre a violência contra a mulher? Sabemos que o espaço privado, familiar, que deveria constituir-se no refúgio de paz das famílias é, por excelência, o espaço em que a violência doméstica e sexual tem o seu ponto mais alto de incidência. Perpetradores ou agentes do abuso sexual são na maioria membros próximos da família. Sabemos também que o fenômeno da violência doméstica e sexual é absolutamente democrático, atravessando todas as classes sociais e grupos raciais. (CARNEIRO, 2003, p. 11).

Conforme o Atlas da Violência de 2021, relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2021), os números absolutos revelam desigualdade na intersecção entre raça e sexo na mortalidade feminina.

Entre 2009 e 2019, o total de mulheres negras vítimas de homicídios apresentou aumento de 2%, passando de 2.419 vítimas em 2009, para 2.468 em 2019. Enquanto isso, o número de mulheres não negras assassinadas caiu 26,9% no mesmo período, passando de 1.636 mulheres mortas em 2009 para 1.196 em 2019 (IPEA, 2021, p. 40).

Carneiro (2003) explica que o racismo deve ser compreendido como um eixo articulador das desigualdades que impacta nas relações de gênero. Afirma que raça e sexo são categorias que justificam discriminações e subalternidades, e as desigualdades construídas historicamente são utilizadas como justificativas para as assimetrias sociais, que explicitam que mulheres negras estão em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais. Portanto, precisamos considerar este olhar de que a violência de gênero afeta de forma desigual mulheres conforme seu grupo racial.

Conforme Medeiros (2022), que cita Simone de Beauvoir² (filósofa existencialista e feminista), trataremos aqui de características em comum da mulher com o intuito de diferenciá-la do homem universal, como a imanência e a socialização, conforme obra de Beauvoir originalmente publicada em 1949:

Beauvoir (2019) entende que a mulher tem um fim nela mesma, na feminilidade, no lar, na esfera privada, no casamento. Enquanto o homem é o sujeito transcende, a mulher é objeto imanente. Ele nasce Sujeito, enquanto ela precisa tornar-se. A tese de Beauvoir (2019) demonstra que a opressão à

² BEAUVOIR, Simone de [1949]. O Segundo sexo: a experiência vivida. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

mulher desde seu nascimento é também sustentada pelo ideal de feminilidade, pelo papel social que a mulher é levada a desenvolver para agradar ao homem, a quem sua existência está condicionada. (MEDEIROS, 2022, p. 29).

Assim como as autoras aqui apresentadas, Reich (1975) também compreendia que os males da cultura patriarcal eram de origem socioeconômica e não biológica, como mostra o seguinte trecho:

A estrutura do caráter do homem moderno, que reflete uma cultura patriarcal e autoritária de seis mil anos, é tipificada por um encouraçamento do caráter contra a sua própria natureza interior e contra a miséria social que o rodeia. Essa couraça do caráter é a base do isolamento, da indigência, do desejo de autoridade, do medo à responsabilidade, do anseio místico, da miséria sexual e da revolta neuroticamente impotente, assim como de uma condescendência patológica. O homem alienou-se a si mesmo da vida, e cresceu hostil a ela. Essa alienação não é de origem biológica, mas socioeconômica. Não se encontra nos estágios da história humana anteriores ao desenvolvimento do patriarcado. (REICH, 1975, p. 11)

Observa-se que Reich (1975) fala em “homem moderno”, refletindo o conceito utilizado em sua época (e até hoje) de homem universal, conceito este abordado por Beauvoir já em 1949 e explicado no trecho a seguir por Medeiros (2022):

Beauvoir ([1949] 2019), questiona o porquê do homem ser sinônimo do ser humano, da condição humana universal; se dizemos “eles”, podemos nos referir a homens ou a um grupo de homens e mulheres, ao passo que se dizemos “elas”, obviamente nos referimos apenas às mulheres. Este “ser homem” como sinônimo do sujeito universal dá a dimensão de que a mulher é o Outro, o segundo sexo. (MEDEIROS, 2022, p. 30).

DISCIPLINARIZAÇÃO DO CORPO FEMININO

Conforme Beauvoir (2019), a socialização feminina tem como ferramenta o entendimento de que a beleza é algo que pode ser construído e almejado por todas as mulheres, e essa pressão estética produz a disciplinarização do corpo feminino promovendo a docilidade deste corpo, caracterizando a passividade do que se espera da performance de feminilidade.

Xavier (2022) exemplifica os instrumentos de beleza como forma de punição das mulheres e afirma que a primeira violação ao corpo feminino acontece logo após o nascimento com o inocente furo nas orelhas. Ela ainda questiona o porquê de bebês do sexo biológico



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

masculino não precisarem de uma inscrição em seus corpos e responde: “O homem existe por conta própria, é completo e universal. A mulher não.”

Manuela Xavier é psicanalista e doutora em psicologia clínica e em seu livro e em suas redes sociais convoca mulheres a “abrir os olhos” e compreenderem como se dá a dinâmica de relacionamentos abusivos articulando Psicanálise, Feminismo e Estudos de Gênero. E nessa perspectiva, Xavier (2022) explica que o furo na orelha é o primeiro passo para as demais violações que incidirão sobre o corpo feminino:

E é assim que o inocente furo na orelha se torna o primeiro passo de uma jornada de violações sobre nós que culmina na naturalização de comentários inconvenientes sobre o nosso corpo, nos olhares masculinos que nos assediam e nos sexualizam e até mesmo na violência sexual que sofremos (XAVIER, 2022, p. 61).

Até aqui, acredito que cada uma de nós já deve ter identificado algumas situações vivenciadas e até mesmo violações sofridas com o objetivo de nos socializar ou controlar nossos corpos. Isso não é à toa, afinal, se todas passamos por isso, o problema não é individual, é coletivo.

As performances de feminilidade alinhadas com a perseguição pelo ideal de beleza promovem a submissão da mulher, sua dependência e obediência à perspectiva masculina (XAVIER, 2022). “Senta direito”, “Fecha as pernas pra não aparecer a calcinha”, “Arrume esse cabelo”, “Comporte-se”, “Não seja rebelde”, “Boca suja”. Ainda que frases assim sejam ditas por figuras femininas como nossas mães e avós, elas visam a adequação do nosso comportamento e que nos submetamos ao modelo de beleza para merecermos “[...] o olhar de um homem e conseqüentemente o seu amor” (XAVIER, 2022, p. 64). A autoridade do olhar do outro sobre nós e a busca incessante pelo ideal de beleza que sempre se modifica, promove dependência emocional, profunda insegurança e baixa autoestima, senso de insuficiência e incapacidade (XAVIER, 2022).

E qual o efeito social disso tudo?

Nós mulheres realizamos um investimento de nossas energias na busca pela imagem ideal e deixamos de investir em nossas capacidades intuitivas, intelectuais, emocionais e profissionais, de forma que não nos resta outra opção a não ser ter o nosso senso de valor individual atribuído pelo olhar do outro. O resultado é uma ferramenta eficaz para manter a hierarquia e a desigualdade de gênero – “[...] insegurança feminina é a moeda mais valiosa do mercado” (XAVIER, 2022, p.66).



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

SOBRE O AMOR

Vejamos agora como o amor é vendido para nós mulheres. Para Xavier (2022, p.45), “[...] o amor tem função civilizatória e segregante” pois somos ensinadas que não são todos os corpos que são “[...] dignos de amor, cuidado e admiração [...]” e que existem corpos que são “[...] marginalizados, que receberão desprezo e violência”.

Valeska Zanello (2018), professora-doutora no Departamento de Psicologia Clínica (Universidade de Brasília) e pesquisadora na área de Saúde Mental e Gênero, compreende que o amor e outros afetos não são biológicos, mas perpassam o contexto social, cultural e político, com interseccionalidades de gênero, raça, e etnia, classe social e idade; ou seja, o amor é socialmente gendrado, tendo significados diferentes para homens e mulheres.

Zanello (2018) faz uma releitura da teoria freudiana na perspectiva de gênero e propõe o esquema de prateleira do amor para explicar a funcionalidade do dispositivo amoroso para mulheres (conceito também categorizado por ela junto com o dispositivo materno para mulheres e o dispositivo da eficácia para os homens, que são baseados no conceito de dispositivos de Foucault³).

Segundo Zanello (2018), o dispositivo amoroso é historicamente mais profundo que os demais e causa maior desempoderamento às mulheres e empoderamento e proteção psíquica aos homens, visto que por meio do dispositivo amoroso, a identidade da mulher é determinada pelo olhar de um homem. Ao ser escolhida por um homem, dessa forma, existe uma falta que só pode ser preenchida por meio de uma relação amorosa, pois nós, mulheres, entendemos que precisamos ser desejadas por alguém. O amor torna-se então nossa razão de viver em busca de legitimidade social e inclusive rivalizamos entre nós com esse propósito e deixamos nossa autoestima à mercê da escolha do outro.

O que vai dizer quais mulheres merecem esse amor é a prateleira do amor, metáfora proposta por Zanello (2018) na qual o ideal estético, proposto desde o início do século XX (como vimos já em sessões anteriores deste artigo, com as pesquisas de Medeiros): branco, louro, magro e jovem.

Zanello (2014) também aponta que o casamento é um fator de risco para mulheres em países sexistas como o Brasil. A autora apresenta pesquisa que mostra que mulheres casadas

³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

têm mais depressão e ansiedade que mulheres não casadas, enquanto para os homens o casamento é um fator de proteção para sua saúde mental.

A respeito de casamento, Reich (1981) expõe o relato de Lindsey sobre Mary, uma jovem americana que não queria se casar pois, segundo Lindsey, ela temia a dificuldade que seria sair do casamento caso este não desse certo, e, apesar de ela reconhecer as vantagens legais em um casamento, preferia permanecer livre. Como Mary também manifestava desejo sexual, Lindsey contesta que ela deveria reprimir sua vida sexual e optar pelo celibato, ao que Mary responde que considerava as duas opções irracionais e abjetas e não queria escolher entre elas, mas sim encontrar um terceiro caminho. Segue a fala de Mary como citada por Reich:

“Não! Eu e a minha geração encontraremos um terceiro caminho. Quer vocês aprovelem ou não faremos entre nós nosso próprio contrato de casamento, que se coaduna com nossos desejos e nossas necessidades. Acreditamos ter um direito natural à camaradagem e relações íntimas, que desejamos intensamente. Conhecemos medidas de segurança para excluir a maternidade indesejada, enquanto esta dificulta a situação. Não admitimos que tal comportamento ponha a segurança da sociedade humana em perigo e acreditamos que essa experiência de substituir a tradição pelo senso comum sadio tenha antes resultados bons que maus.” (REICH, 1981, p. 95).

Lindsey conclui que o casamento deve ser mantido pela possibilidade de felicidade que este pode criar na vida das pessoas (ao invés de pessoas, ele utiliza a palavra homens), mas que algumas alterações poderiam ser feitas. Já Reich (1981) conclui que não é relevante se o casamento de fato pode trazer felicidade, mas sim, provar que ele traz a felicidade, e em caso negativo, identificar os motivos e os fundamentos sexual-econômicos e materiais. Nesta citação específica, Reich (1981) não aborda a possibilidade do não casamento e privilegia a análise individual de cada casamento. Ou seja, nenhum dos dois apresenta uma conclusão justa à fala tão importante e subversiva de Mary.

No entanto, posteriormente a esta citação, Reich (1981), descreve a possibilidade de uma relação aberta (nos parâmetros atuais) que sobrepujasse a repressão sexual, de forma bem semelhante ao que propôs Mary:

“Desde o momento em que a sexualidade é afirmada, em que o moralismo é superado, já não subsiste qualquer argumento interno contra as relações com outros parceiros, salvo para período em que se verifique a fidelidade fundada na satisfação, período que não dura toda a vida. A ideologia matrimonial desaba assim, e com ela o casamento, que não mais é igual a si mesmo, antes se torna relação sexual duradoura. Esta relação, que não se baseia na



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

repressão dos impulsos genitais, é mais geradora de felicidade que o casamento monogâmico estrito.” (REICH, 1981, p. 98).

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência contra a mulher ocorre no contexto de relação de poder que se dá pela situação de fragilidade ou submissão de mulheres proveniente de crenças culturais. Explicarei de forma breve como ocorrem as violências de gênero de modo que essas situações sejam facilmente identificadas no *setting* terapêutico e o terapeuta possa orientar a paciente de forma mais assertiva. Esta informação também será útil para que o próprio terapeuta evite reproduzir violências institucionais e/ou culpabilizar a vítima, visto essas serem situações ainda recorrentes no *setting* terapêutico bem como em outras esferas institucionais da sociedade brasileira atualmente.

Reich (1975) relata a mudança no comportamento sexual de seus pacientes no decorrer do processo terapêutico, como esposas que anteriormente se submetiam ao ato sexual por obrigação conjugal e passaram a se recusar. Reich (1975) analisa que esses eram comportamentos em desacordo com o que era socialmente adequado e que, no caso dessas esposas, o sistema convencionava que a mulher deveria atender as exigências sexuais do marido, independente de sua própria vontade, sentimento e excitação.

Reich (1975) reclama da situação embaraçosa que era ele, enquanto analista, ter que sustentar uma moralidade social frente a suas pacientes libertadas de seus mecanismos neuróticos e que não mais se preocupavam com a moralidade, e reivindicavam a satisfação das suas necessidades sexuais. Conforme ele relata, não mais passou a levar essas situações às discussões da Associação Psicanalítica, pois “Temia a objeção estúpida de que eu (no caso Reich) estava impondo as minhas próprias opiniões aos meus pacientes” (REICH, 1975, p. 92), e preferia alegar nessas discussões que “[...] a orgasmoterapia infundia seriedade nas mulheres, quanto ao sexo, o que lhes tornava impossível entregar-se a qualquer um” (REICH, 1975, p. 92).

Por fim, ele conclui “Onde o trabalho científico é mantido sob a jurisdição da moralidade, não é guiado pelos fatos – mas pelos códigos morais. O que mais irrita em tudo isso é a ostentação de ‘objetividade científica’. Quanto mais o sujeito se encontra preso na rede das conveniências, mais afirma que é um ‘cientista objetivo’.” (REICH, 1975, p. 92), e então, relata o seguinte caso:



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

Uma vez, um psicanalista enviou-me para tratamento uma mulher que sofria de melancolia profunda, impulsos de suicídio e angústia aguda; estipulava explicitamente, porém, que eu “não devia destruir o casamento”. A paciente, como eu soube na primeira sessão, era casada havia quatro anos e o marido não a havia deflorado. Em vez disso, entregava-se a atividades corruptas, que a mulher, com a sua ingenuidade de classe média, aceitava como obrigação conjugal incondicional. E o analista havia determinado que esse casamento não devesse ser destruído, em hipótese nenhuma! A paciente interrompeu o tratamento após três sessões porque sofria de angústia extremamente aguda e sentira a análise como uma situação sedutora. Eu o sabia, mas não havia nada que pudesse fazer a respeito. Poucos meses mais tarde soube que se matara. Esse tipo de “ciência objetiva” é uma das más presas ao pescoço de uma humanidade que se está afogando (REICH, 1975, p. 92).

Obviamente não temos elementos para analisar a condução terapêutica de Reich nesse caso, e nem as pressões institucionais pelas quais passavam os analistas na época. Porém, pelo relato que Reich (1975) nos apresenta, ele parece estar ciente de que a moral da sociedade estaria influenciando a atuação terapêutica em detrimento do bem-estar e das necessidades do paciente. Reich (1975) também compreende a violência de gênero à qual a mulher estava submetida na época; além disso, parece evidente o desconforto de Reich em receber uma orientação de “não separar o casal” como se seu locutor, o tal psicanalista, já soubesse que a solução seria justamente o divórcio.

Eu não tinha mais uma ideia clara da relação entre a estruturação psíquica e o sistema social existente. A mudança na atitude dos pacientes a respeito desse código moralista não era nem claramente negativa, nem claramente positiva. A nova estrutura psíquica parecia seguir leis que nada tinham em comum com as exigências convencionais e as opiniões da moralidade: leis que eram novas para mim, e das quais eu não suspeitara anteriormente. A imagem que essas leis ofereciam, quando tomadas em conjunto, correspondia a uma forma diferente de sociabilidade (REICH, 1975, p. 92).

Parece-me que Reich (1975) estava atento à pressão moralista da socialização feminina (ainda que ele não tenha especificado que falava apenas da condição das mulheres, afinal, a socialização masculina também é violenta aos homens), e a pressão moralista, em específico, que a instituição Associação Psicanalítica exercia nos processos terapêuticos para subjugar o comportamento das mulheres.

Hoje, existem coletivos de mulheres e instituições sociais que prestam serviços tanto de acolhimento psicológico como de atendimento jurídico para mulheres vítimas de violência de gênero. O Escuta Ética é um desses coletivos e oferece atendimentos psicológicos para mulheres em situação de violência e em vulnerabilidade social. Conforme explicado pelo Escuta Ética (2020), a **violência intrafamiliar** é toda ação ou omissão que prejudique o bem-



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Trata-se, portanto, de relação de abuso praticado no contexto familiar expressa por dinâmicas de poder / afeto, nas quais uma das partes cede enquanto a outra dita as regras abrindo caminho para gritos, xingamentos, vitimização, intimidação e culpabilização. Já a **violência doméstica** não se limita à família, mas envolve todas as pessoas que convivem no mesmo espaço doméstico, vinculadas ou não por laços de parentesco (ESCUA ÉTICA, 2020).

Reich (1981) conta a história de um movimento de emancipação de mulheres que sofriam o que hoje entendemos como **violência intrafamiliar**, sendo que, em um dado momento deste movimento, ocorreu um feminicídio com requintes de crueldade.

A história que Reich (1981) conta veio de um relato do jornalista e escritor Balder Olden a respeito de um grupo de mulheres que na década de 1920 fundaram um clube feminino em Baku. Baku atualmente é a capital do Azerbaijão e fez parte da URSS de 1920 a 1991. Após a revolução russa, algumas leis haviam sido modificadas, porém a religião ainda ditava a forma de vida em Baku (UNESCO, 2019). Conforme relatado por Reich (1981), as meninas eram enviadas para serem educadas em instituições religiosas onde eram proibidas de aprender a ler e a escrever, e ensinadas a serem servas do pai e, quando casadas, servas do marido. As moças e mulheres deviam andar cobertas de véu e sair de casa sempre vigiadas, bem como não podiam trabalhar ou ler livros e jornais. Além disso, tinham que fazer seus partos sozinhas, pois não existiam parteiras e médicas e estavam proibidas de se mostrar a um médico homem. Na década de 1920, mulheres que ali vivam fundaram um clube feminino com o objetivo de proporcionar educação às mulheres. As aulas eram ministradas por professores mais velhos, pois não podiam ser ensinadas por homens jovens. Dessa forma, anos após a revolução social, ocorreu a revolução dos costumes (termo usado por Reich) e as mulheres souberam que havia países em que moças e rapazes estudavam juntos, mulheres praticavam esportes e iam ao teatro, enfim, tinham uma vida pública. Conforme o movimento sexual-político dessas mulheres se espalhava, suas famílias se sentiam ameaçadas e então, espalhou-se um boato de que o clube era um prostíbulo e se tornou perigoso para as mulheres o frequentar, pois eram agredidas fisicamente com água fervente e cachorros, e sofriam ameaçadas de morte se usassem traje esportivo. Algumas mulheres passaram a lutar pela libertação sexual da juventude feminina, mas foram hostilizadas e uma delas, Zarial Haliliva, inclusive foi esquartejada viva (ROWBOTHAM, 2017).



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

No ano de 1928, Zarial Haliliva, de 20 anos, fugiu da casa dos pais e começou a convocar reuniões a fim de conseguir a emancipação sexual das mulheres; ia ao teatro sem véu e em jornais murais dos clubes apelava para as mulheres; ia à praia em traje de banho e a campos esportivos. Seu pai e seus irmãos realizaram um julgamento sobre ela e condenaram-na à morte. Foi cortada em pedaços viva. Isso foi em 1928, onze anos depois do início da revolução social na Rússia. O assassinato dela deu um enorme ímpeto ao movimento sexual-político das mulheres. Seu cadáver foi tirado dos pais, posto em câmara ardente no clube com uma guarda de honra de rapazes e moças que o velava dia e noite. Moças e mulheres acorreram em massa ao clube. Os assassinos de Zarial foram executados, e desde então nem pais nem irmãos ousaram mais tomar medidas semelhantes com os movimentos de emancipação das mulheres e dos jovens. (REICH, 1981, p. 141).

Reich passará a discorrer então sobre o papel da revolução sexual juvenil. Apesar de Reich (1981) utilizar uma boa parte do início do capítulo sobre juventude revolucionária para contar essa história, ele não discorreu especificamente sobre a opressão da figura feminina ou a desigualdade associada aos papéis de gênero, e se utilizou deste exemplo para dissertar que todo esse movimento se tratou de revolução sexual-política, que secundariamente favoreceu a elevação da consciência cultural das mulheres e a conquista do direito de existência da juventude revolucionária.

Voltando para as denominações de tipos de violência de gênero como a conhecemos atualmente, a **violência entre parceiros íntimos (VPI)** (sim, existe até uma sigla específica) é aquela em que a agressão contra a mulher é praticada por seu cônjuge, ex-cônjuge, companheiro ou namorado e pode ocorrer tanto em espaços públicos como em espaços domésticos sendo um grande problema de violação de direitos humanos das mulheres e de saúde pública (OMS, 2019). Estima-se que 30% das mulheres nos continentes americanos (14% a 17% no Brasil) tenham experimentado violência física e/ou sexual por parceiro íntimo (OMS, 2019).

O Instituto Maria da Penha (IMP) tem divulgado em seu portal o ciclo da violência doméstica conforme classificação identificada pela psicóloga norte-americana Lenore Walker⁴. Conforme Walker (1979, *apud* IMP, s/d), existem três fases: aumento da tensão, ato de violência e arrependimento e comportamento carinhoso.

FASE 1 - Aumento da tensão: momento em que o agressor, mostra-se irritado, com raiva, humilha a vítima, faz ameaças e estraga objetos. A vítima, aflita, tenta acalmar o agressor, evita atitudes que possam vir a “provocá-lo” e sente medo, angústia, tristeza,

⁴ WALKER, Lenore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

ansiedade e tenta negar os fatos diante de outras pessoas, justificando motivos para o nervosismo do agressor. Esta fase de tensão pode durar dias ou anos, e é muito provável que a situação levará à Fase 2 conforme a tensão aumente.

FASE 2 – Ato de violência: ocorre a “explosão” do agressor, que fica fora de controle e leva ao ato violento (materializada em violência verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial). Nesta fase, a vítima sente-se impossibilitada de reações e sofre tensão psicológica severa, sente dor, medo, ódio, vergonha e fica confusa. É o momento em que a vítima toma decisões, pede ajuda e se distancia do agressor.

FASE 3 – Arrependimento e comportamento carinhoso: Esta é a fase conhecida como “lua de mel”, pois o agressor se torna amável para conseguir a reconciliação e pressionar a vítima a manter o relacionamento diante da sociedade, sobretudo quando o casal tem filhos. A vítima, confusa, acredita que o agressor possa mudar seu comportamento, retornando para a relação e novamente inicia-se a Fase 1.

Figura 1 – Ciclo de relacionamento abusivo



Fonte: Desenho da autora⁵.

Importante explicar que a Lei Maria da Penha⁶, também atende mulheres transexuais, visto que ela é aplicada para proteger todas as pessoas que se identifiquem com o gênero

⁵ Desenho com base em imagens disponíveis no portal do Instituto Lei Maria da Penha.

⁶ Lei 11.340 de 22 de setembro de 2006, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

feminino⁷, conforme explicação divulgada no portal do IMP: “[...] será aplicada para proteger todas as pessoas que se identificam com o gênero feminino e que sofram violência em razão desse fato – conforme o parágrafo único do art. 5º da lei, a violência doméstica e familiar contra a mulher pode se configurar independentemente de orientação sexual. Inclusive, alguns tribunais de justiça já aplicam a legislação para mulheres transexuais”. Além da violência física e sexual, a lei Maria da Penha trata da violência psicológica, da violência patrimonial, do assédio moral, e da medida protetiva de urgência.

A prevalência de violência em um relacionamento resulta em danos psicológicos para mulheres. Vejamos dados a respeito. De acordo com estudo divulgado pela OMS realizado em 12 países da América Latina e Caribe (BOTT ET AL., 2019), entre as consequências à saúde mental de mulheres vítimas de violência está o estresse pós-traumático e outros transtornos de ansiedade, dificuldades de sono, transtornos alimentares e tentativas de suicídio, duas vezes mais propensão a desenvolver depressão e problemas com álcool (BOTT ET AL., 2019). Entre os efeitos para a saúde física também estão dores de cabeça, dor nas costas, dor abdominal, fibromialgia, distúrbios gastrointestinais, mobilidade limitada e problemas de saúde em geral (BOTT ET AL., 2019). Além destes, há ainda consequências mortais como feminicídio, homicídio, suicídio e aborto (BOTT ET AL., 2019).

Xavier (2022), explica bem como ocorre a violência de gênero e ressalta que os crimes de feminicídio são em sua maioria cometidos com armas brancas com a pretensão de dominação da vítima, com o objetivo de causar sofrimento, desfigurar, mutilar, destruir, humilhar, e não apenas matar. Para ela, o feminicídio é o último ato da cadeia de agressões que estão pautadas na subordinação da mulher ao homem e que está fomentada na misoginia (repulsa, desprezo e ódio pelas mulheres). “A misoginia só existe a partir de uma divisão binária e sexista que coloca a mulher em posição de subalternidade em relação ao homem, e por isso mesmo objetificada e desumanizada” (XAVIER, 2022, p.44). Procuramos obter a humanização por meio do amor, pois quando formos amadas por um homem, seremos respeitadas e protegidas, e assim, Xavier (2022, p.44) questiona que “[...] se quem nos mata, agride e violenta, são os homens, por que ainda os amamos? [...] Os relacionamentos heterossexuais são, portanto, uma espécie de milícia, na qual nos submetemos aos homens para fugir dos perigos que os homens nos oferecem”.

⁷ No caso do homem que é vítima, serão aplicados os dispositivos previstos no Código Penal, e não aqueles presentes na Lei Maria da Penha.



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

Temos o estuprador encapuzado na rua escura, mas os dados nos mostram que 75,9% das mulheres vítimas de estupro conheciam seus agressores: eles eram seus familiares, amigos ou companheiros. No relatório do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, de onde tirei esses dados, vemos também que a violência sexual cometida contra as mulheres atinge, em sua maioria, meninas: em um país que notifica 180 estupros por dia, 53,8% das vítimas tinham até 13 anos. [...] Essas estatísticas só mostram que o perigo mora em casa e que mulheres não estão seguras em seus próprios lares, fortalecendo a tese sustentada aqui neste livro de que o relacionamento abusivo é um projeto social que mantém a dominação masculina com base nos ideais de obediência, subalternidade, feminilidade, docilidade e domesticidade impostos às mulheres, e retirando delas a potência criativa, humana e produtiva. (XAVIER, 2022, p. 45).

Em sua época, Reich (1988) apresenta reflexão semelhante a respeito do casamento compulsivo. Segundo ele, a instituição do casamento compulsivo tinha como argumento de que sua funcionalidade era de proteção social da mulher, pois esta não tinha direitos, e das crianças, que assim garantiam o direito à herança paterna, mas Reich salienta que a “espinha dorsal” era a garantia da família patriarcal por meio da “fábrica ideológica autoritária”, e que, portanto, o casamento tinha função política.

Para além dessa função política do casamento, Reich também reflete sobre VPI (ainda que não utilizasse esse termo) quando fala sobre estupro marital (ainda que também não utilizasse esse termo). Reich (1981, p. 32) cita que o conceito do dever conjugal socialmente difundido era que a mulher deveria ser “conquistada” ou “suavemente violentada”, mas ele próprio percebia cada vez mais no trabalho clínico um movimento contrário onde “[...] um homem não tem relações sexuais com sua companheira quando esta não quer; ainda mais, não as realiza quando ela não se encontra genitalmente excitada”. Reich (1981, p. 32) conclui que a “[...] moral natural é não ter relações sexuais quando não se está em completo preparo sexual”.

Percebo que Reich acreditava que havia um movimento crescente nas relações conjugais de seus pacientes em não se naturalizar que mulheres tivessem relações sexuais sem que fosse da vontade delas. Porém, essa mudança de mentalidade não é observada atualmente em países sexistas como o Brasil.

Zanello (2014), discorre a respeito da necessidade de uma visão gendrada (viés de gênero) por parte dos profissionais de saúde mental, ou seja, é preciso compreender que, em uma sociedade binária, as pessoas podem apresentar sintomas marcados pelo seu gênero. Zanello (2014) cita pesquisa de levantamento estatístico realizada em dois hospitais psiquiátricos de Brasília na qual se identificou o aparecimento significativo de “sintomas” específicos para mulheres como “desapego das tarefas domésticas”, ser “manipuladora”,



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

“histérica” e “choro imotivado” (ZANELLO; SILVA, 2012, *apud* ZANELLO, 2014).

Zanello (2014) reflete sobre o que seria “choro imotivado”: a motivação escapou ao médico, ou não lhe interessou? Ela relata especificamente um dos casos de “choro imotivado” da paciente Mayara, cujo choro era em virtude de estupros suportados durante sete anos de casamento (estupro marital). Quando os pesquisadores a questionaram, Mayara respondeu que contou ao psiquiatra a respeito dos estupros sofridos, mas este não a respondeu nada.

Zanello (2014) então explica como a condição de mulher em uma sociedade patriarcal leva ao distúrbio psíquico como forma de reagir à situação que dificilmente será mudada. Dessa forma, assim como Reich (1975; 1981; 1988) apontava, Zanello (2014) nos mostra o quanto o viés da moral social dos profissionais de saúde mental pode interferir em trabalhos clínicos e salienta o viés de gênero como meio para não se hiper diagnosticar mulheres.

E NÓS, TERAPEUTAS...

Vislumbro nas obras de Reich (1975; 1981; 1988) que, não obstante sua época e as pressões sociais e institucionais, este manteve um olhar atento para as pressões sociais e violências que permeavam as mulheres de sua época. Fica evidente sua opinião contrária à da Associação Psicanalítica no que se refere à persuasão moralista e autoritária nos atendimentos clínicos, e sua visão gendrada em contraposição ao viés moralista.

Sabemos que Reich (1975; 1981; 1988) articulava sua pesquisa e sua prática clínica com o contexto histórico-social, inclusive relacionando as condições de formação e estrutura do caráter com a educação patriarcal e repressora da sociedade capitalista. E aqui, sugiro sua própria frase como um caminho para combatermos e prevenirmos opressões, misoginias e violências contra mulher, bem como suas consequências à saúde mental: “O amor, o trabalho, e o conhecimento são fontes da nossa vida. Deveriam também governá-la”. É na palavra “conhecimento” desta frase que busquei inspiração para este artigo.

Espero que este trabalho contribua para que terapeutas corporais possam conhecer o que se sabe hoje sobre a socialização feminina e como desde meninas, as mulheres são ensinadas a se endireitarem e a reprimirem movimentos espontâneos de seus corpos, e como todo esse contexto pode levar à violência de gênero de forma que os terapeutas possam identificar mais facilmente esta lógica e a permanência de mulheres em relações abusivas.

Espero também que mulheres possam cada vez mais identificar as opressões e violências que sofreram ou sofrem, compreendendo como isso as afeta. Assim, nós mulheres



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

armadas, ou amadas, de conhecimento, aprenderemos a escolher nossas batalhas, aprenderemos a escutar nossos próprios incômodos.

Reich (1981, p.13) fala sobre o homem livre, mas aqui podemos modificar sua frase para “Queremos **a mulher** livre; temos que saber, portanto, não somente como é que foi estruturada **a mulher** de hoje, mas também como **as mulheres** livres devem ser estruturadas, que forças devem ser utilizadas para tal fim”.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). **Cadernos Pagu**, n. 1, p. 112-148, [S.l.]: [s.n.], 2005. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1682>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BEAUVOIR, Simone de [1949]. **O Segundo sexo: a experiência vivida**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BOTT, Sarah; GUEDES, Alessandra; RUIZ-CELIS, Ana P.; MENDOZA, Jennifer Adams. Intimate partner violence in the Americas: a systematic review and reanalysis of national prevalence estimates. **Rev Panam Salud Publica**, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.26633/RPSP.2019.26>>. Acesso em: 11 out. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania. **Racismos contemporâneos**. Coleção Valores e Atitudes. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCUA ÉTICA. **Violência doméstica X intrafamiliar**. Rio de Janeiro, 24 ago. 2020. Instagram: @escutaetica. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CESXjBnHNW6/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em: 14 fev. 2023.

GONÇALVES, Eliane; MELLO, Luis. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Rev Cronos**, [S. l.], v.11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2157>. Acesso em: 01 mar. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da violência 2021**. 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em: 08 fev. 2023.

MEDEIROS, Maria Carolina El-Huaik de. Essa fez Socila: narrativas sobre etiqueta, socialização feminina e aperfeiçoamento social da mulher. **Tese** (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

NÃO TE EMPODERO: #7 Síndrome da impostora. Apresentadora: Maria Carol Medeiros. [S. l.]: anchor.fm, out. 2022. Podcast. Disponível em:



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

<<https://open.spotify.com/episode/42Batb8g36Mm4ZrYsPnjon?si=1ef386df0bed4ad6>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Intimate partner violence against women in the americas: data and action**. 2019. Disponível em: <https://www3.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=da-ta-and-statistics-violence-against-women&alias=47735-intimate-partner-violence-against-women-in-the-americas-data-and-action&Itemid=270&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2022.

REICH, Wilhelm. **A função do orgasmo**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

REICH, Wilhelm. **A revolução sexual**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

REICH, Wilhelm. **As Origens da Moral Sexual**. 1ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

ROWBOTHAM, Sheila. **Women in Russia Before and After the Revolution**. [S.l.]: [s.n.], 2017. Disponível em: <<https://www.versobooks.com/blogs/3202-women-in-russia-before-and-after-the-revolution>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

UNESCO. **Baku: cidade multicultural**. [S.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/courier/2019-3/baku-cidade-multicultural>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 207-228, 1990.

XAVIER, Manuela. **De olhos abertos: uma história não contada sobre relacionamento abusivo**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2022.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, mulheres e conjugalidade. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (Org.). **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. 1ª ed. Florianópolis: Mulheres, 2014. p. 108-118.

AUTORA

Marjory Campbell / Curitiba / Paraná / Brasil

Bacharelada em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná. Participante em projeto de atendimento psicológico de vítimas de violência sexual na Universidade Tuiuti do Paraná. Especialista em Psicologia Corporal, com habilitação para atuar como Psicoterapeuta Corporal, no Centro Reichiano, Curitiba/PR.
E-mail: marjoryccampbell@gmail.com

ORIENTADORA

Sandra Mara Volpi / Curitiba / PR / Brasil

Psicóloga (CRP-08/5348) formada pela PUC-PR. Analista Bioenergética (CBT) e Supervisora em Análise Bioenergética (IABSP), Especialista em Psicoterapia Infantil (UTP), Psicopedagogia



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO (USO EXCLUSIVO DO CENTRO REICHIANO – FAVOR DEIXAR COMO ESTÁ)

CAMPBELL, Marjory Carvalho; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. Socialização feminina e uma atualização da obra de Reich. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. 26º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2023. [ISBN – 978-65-89012-03-0]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos>. Acesso em: ____/____/____.

(CEP-Curitiba) e Acupuntura (IBRATE), Mestre em Tecnologia (UTFPR), Diretora do Centro Reichiano, em Curitiba/PR.

E-mail: sandra@centroreichiano.com.br